

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 28 de junho de 2023 - Ata n.º 59.

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às nove horas e trinta minutos, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelas Sr.^{as} Deputadas **Cloara Pinheiro** (na função de 1.º Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **59.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta quarta-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria, nossa 2.ª Secretária, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 58.ª Sessão Ordinária, de 27 de junho de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente **Ata. Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Não há Expediente a ser lido. Faremos uma inversão na Sessão de hoje. Em um acordo que mantivemos com a Liderança de Oposição, no horário da Oposição

vamos ouvir a Associação das Defensorias Públicas e Defensores Públicos do Estado do Paraná, Adepar, Sr.^a Jeniffer Scheffer, que falará sobre a Campanha Nacional dos Defensores Públicos; e, logo após, ouviremos a fala do Defensor Público-Geral, Dr. André Giamberardino. Esta proposição foi feita pelo Deputado Goura. Já de pronto, valendo pelo horário da Liderança da Oposição, concedo a palavra ao Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, se o senhor me permitir, faço daqui só uma breve saudação a todos os Defensores Públicos e Defensoras, na figura do Dr. André Giamberardino, da Dr.^a Olenka e também da Jeniffer, saudando todos os servidores da nossa Defensoria Pública. Agradecer V.Ex.^a, Sr. Presidente, por podermos fazer hoje esta inversão, e agradecer também ao nosso Líder, Deputado Maurício Requião, por esta sensibilidade. Reforçando o papel e a importância desta campanha que vai ser anunciada hoje, que trata especificamente dos direitos da pessoa com deficiência, uma campanha nacional da Defensoria Pública e que a Assembleia se coloca aqui junto, Deputada Cloara, desta importante luta por direitos para toda a população, reforçando e valorizando o papel da Defensoria Pública no Estado do Paraná. Agradeço, Sr. Presidente, e devolvo a palavra a V.Ex.^a.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Fazendo uma correção, porque me chegou de forma errônea, é Dr. André Giamberardino. Está corrigido. Inicialmente teremos um vídeo rápido que fala sobre a Campanha Nacional dos Defensores, que tem como temática central o direito das pessoas com deficiência; na sequência, a palavra do Defensor-Geral.

(Apresentação de vídeo institucional da Defensoria Pública.)

SR.^a JENIFFER SCHEFFER: Bom dia. Vou fazer minha audiodescrição longe do microfone, para que as pessoas com deficiência visual saibam de onde estou falando. Sou uma mulher branca, de cabelos castanhos avermelhados até o ombro, olhos castanhos, estatura média. Estou vestindo uma calça preta e a camiseta da campanha nacional da Associação Nacional das Defensoras e

Defensores Públicos deste ano, com o slogan “Defensoria Pública em Ação pela Inclusão”. Gostaria de cumprimentar a Mesa desta Casa Legislativa na pessoa do seu Presidente, Deputado Ademar Traiano, e agradecer esta Casa por estar sempre de portas abertas para as Defensoras e Defensores Públicos do Paraná. Gostaria também de agradecer a todos os Deputados e Deputadas Estaduais, que sempre nos recebem com braços abertos, ouvidos atentos às causas que envolvem a defesa dos economicamente e dos organizacionalmente vulneráveis. Como Presidenta da Adepar e representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos, gostaria de apresentar para os senhores o tema da campanha deste ano: *Defensoria Pública em Ação pela Inclusão*. O objetivo desta campanha é trazer para o debate de toda a sociedade brasileira uma luz acerca dos direitos das pessoas com deficiência, tanto no campo da educação em direitos, quanto da orientação jurídica e encaminhamento das demandas para os órgãos públicos competentes. Gostaria de compartilhar brevemente algumas reflexões sobre as vivências cotidianas de uma pessoa com deficiência na sociedade brasileira. Infelizmente, o capacitismo é uma realidade constante que afeta todas as pessoas com deficiência, muitas vezes de forma sutil e até internalizada. O capacitismo surge da ideia de que a pessoa com deficiência é imperfeita e falha em comparação às pessoas consideradas normais. Isso leva a uma estigmatização daqueles que têm as suas capacidades reduzidas, sendo considerados menos aptos para realizar tarefas cotidianas, trabalhar, estudar, expressar-se e gerir as suas vidas. Infelizmente, aqueles que não se enquadram no padrão da normalidade têm suas habilidades constantemente questionadas. O capacitismo também se mostra de forma dissimulada em atos e comportamentos que inferiorizam a pessoa com deficiência, utilizando suas limitações para fins de ofensa ou crítica, como: *Estou te chamando há horas! Está surdo?* Ou, ainda, na forma de um elogio dissimulado, como: *Nem parece que você é deficiente*. Ou ainda: *Não fale assim. Você não é surda!* Esses exemplos foram colhidos do discurso da Defensora Pública Marisa Fonseca Barbosa, durante sua posse como Defensora Pública no Estado do Paraná, em janeiro deste ano. Vejam que somente agora, anos depois da criação da Defensoria, é que contamos na

Defensoria Pública com uma pessoa com deficiência nos nossos quadros. Esse também é um viés muito cruel do capacitismo na sociedade: a dificuldade que as pessoas com deficiência têm de alcançarem cargos importantes e de poder. É importante reconhecer e combater o capacitismo para criarmos uma sociedade mais justa e inclusiva para todos. Assim, o objetivo dessa campanha não é só trazer para a sociedade civil, mas para dentro dos nossos órgãos públicos, o debate acerca da necessidade de adequarmos os espaços, e revermos as nossas práticas e prioridades em relação às pessoas com deficiência. Precisamos adaptar a nossa linguagem e a forma como tratamos as pessoas com deficiência. Precisamos fazer isso aqui dentro, nas nossas casas, na Defensoria, para então podermos levar à sociedade civil. Enfim, a defesa dos direitos das pessoas com deficiência é uma das funções institucionais da Defensoria Pública, instituição que busca dar voz àqueles que estão à margem da sociedade, conferindo-lhes o protagonismo das suas vidas; sendo também o instrumento para a emancipação dessas pessoas. Portanto, se você precisa ou conhece alguém que precisa de um auxílio ou de um atendimento, procure a Defensoria Pública e a Adepar que estamos à disposição. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Concedo a palavra agora ao Defensor Público-Geral Giamberardino.

SR. ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO: Muito bom dia, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Quero cumprimentar todos em nome do nosso Presidente Deputado Ademar Traiano, também em nome do Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri, em nome do Líder da Oposição, Deputado Requião Filho, e do Deputado Goura, que concedeu este espaço aqui. Colegas Defensores e Defensoras, servidores e servidoras, autoridades, especialmente cidadãos e cidadãs do Paraná, usuários e usuárias da nossa Defensoria Pública, quero utilizar muito brevemente este espaço como registro de reconhecimento e agradecimento a esta Casa, agradecimento pelo apoio fundamental que vem dando à Defensoria do Paraná nos últimos anos. Ainda que o mês de maio já tenha se distanciado um pouco, quando completamos 12 anos de criação, é uma oportunidade de fazer referência

às parcerias mais recentes, enfatizando essa relação de profissionalismo e transparência que se reverte em expansão dos serviços, em aumento dos atendimentos, tudo em benefício da população do Paraná que mais precisa da justiça, a começar pelo nosso posto de atendimento que funciona aqui dentro da Assembleia - entre novembro de 2021 e junho deste ano, já foram mais de 6 mil e 500 atendimentos. Mesmo atendendo apenas situações que permitem uma resolução extrajudicial, são incríveis histórias de vidas transformadas. Cito fevereiro deste ano, quando um menino de 8 anos, pessoa com deficiência, conseguiu uma cadeira de rodas sem a necessidade de um processo judicial. Cito a já famosa história do Sr. Normando, pessoa em situação de rua que usava uma identidade falsa por mais de 20 anos e procurou o posto de atendimento buscando um outro sentido à sua vida. Desde então, sempre com orientação do nosso posto aqui na Assembleia, o Sr. Normando conseguiu a identificação civil, tratamento dentário, emprego formal, aluguel social, saiu das ruas. Com o auxílio da Defensoria, matriculou-se em uma escola e agora, com 59 anos, está estudando para o vestibular de direito. A última notícia é que ele conseguiu uma bolsa integral em uma faculdade particular de Curitiba. Deputados e Deputadas, se tudo isso é possível com um posto de atendimento extrajudicial, imaginem o impacto da abertura de uma sede da Defensoria em pequenos e médios municípios, o incalculável retorno social da sua interiorização, porque o acesso à justiça é muito mais que assistência judiciária, que representação processual. Apenas em 2022, foram 200 mil atendimentos diretos à população. Apenas na Praça Tiradentes, em Curitiba, na nossa sede central, passamos de 3 mil para 11 mil atendimentos na comparação entre os cinco primeiros meses de 2022 e 2023. E vivemos este ano, com o apoio decisivo do Governo do Estado e desta Assembleia Legislativa, um momento histórico, que marca a retomada de um ciclo gradual e responsável de crescimento: Com a contratação de 42 novos Defensores em janeiro, passamos de 18 para 30 comarcas e de um pouco mais de 50 para 74 municípios. Quero registrar inclusive um agradecimento especial aos Deputados relatores do orçamento do ano passado e deste ano, Deputado Tiago Amaral e Deputado Evandro Araújo, em nome de quem agradecemos a esta Casa pelos avanços

orçamentários que gradualmente registramos. Esperamos e trabalhamos em conjunto para que esse ciclo seja gradual mas contínuo, buscando cumprir plenamente a nossa Constituição Federal. Por fim, Sr. Presidente, gostaria de convidar a todos e todas, em conjunto com V.Ex.^a, para o mutirão *Concilia Paraná*, que visa resolver conflitos familiares - acontecerá no Plenarinho desta Casa, na quarta-feira da semana que vem, dia 5 de julho, e que materializa mais uma vez esse suporte e parceria entre o Poder Legislativo e a Defensoria. Na ocasião, daremos início a um novo projeto chamado *Reconhecendo Direitos*, por meio do qual a Defensoria passa a custear exames de DNA em situações de reconhecimento voluntário de paternidade ou maternidade. Destaco a importância nesse sentido, inclusive da Lei proposta este ano pelo Deputado Hussein Bakri, aprovada por esta Casa, que estabelece que os cartórios de registro civil enviem à Defensoria mensalmente os registros de nascimento de crianças que não contam com o nome do pai, para que possamos chegar até essas famílias por meio de uma busca ativa e auxiliar na resolução de um problema que afetou mais de 6 mil crianças paranaenses sem paternidade registrada só em 2022. Prezados Deputados e Deputadas, encerro dizendo que a Defensoria brasileira tem sido cada vez mais um modelo para o mundo, vem sendo cada vez mais objeto de atenção e estudo, inclusive na América do Norte, na Europa, por conta da sua capacidade de aproximar o acesso à justiça das políticas públicas que devem ser levadas a cabo pelo Estado. Cumprimento esta nobre Casa e agradeço mais uma vez o compromisso e apoio com esta causa, e o papel fiscalizador também que esta Casa exerce de forma republicana. Esse compromisso e apoio a rigor são muito mais que direcionadas a uma instituição ou às suas categorias, mas se trata, sim, de um compromisso com a parcela mais vulnerável da população paranaense. Então, contem sempre conosco para esta missão. Muito obrigado e um bom dia a todas e todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Agradecemos a participação da Defensoria Pública, através do seu Defensor-Geral. E a Casa aqui sempre está aberta para recebê-los e atender os interesses da Defensoria, que presta relevantes serviços ao nosso Estado. Nós temos uma Menção Honrosa a

ser entregue. Então, **vou suspender por instantes a Sessão**, para os registros fotográficos.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão.

Primeiro orador inscrito, Deputado Goura. Antes disso, registro a presença na Casa, a visita de alunos do 3.º ano do ensino médio do Colégio da Polícia Militar de Curitiba, acompanhados pela professora Linete Firmo Rodrigues. Sejam bem-vindos.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, muito obrigado pelo espaço, pela abertura. Saudando V.Ex.^a, estendo os meus cumprimentos a todos os Deputados, saudando também os estudantes. Reforçando as palavras do Presidente, sejam muito bem-vindos sempre aqui em nossa Casa. Senhor Presidente, primeiro registro: hoje é o Dia da Luta LGBTQIA+, é Dia do Orgulho, Dia da Luta pela Diversidade, dia da luta pelo respeito a todas as formas de amor. Que esta Casa represente também esta luta tão importante aqui no Parlamento, para que possamos construir o Paraná, um Brasil livre de homofobia, livre de transfobia, livre do preconceito à diversidade. Aproveito o Pequeno Expediente, Sr. Presidente, para falar de um tema extremamente importante, que é a tarifa zero. Deputada Cloara, creio que este é um dos grandes temas da atualidade, é um dos grandes temas do Brasil falarmos do acesso a um transporte coletivo que seja subsidiado pelo poder público, com transparência, e que seja gratuito para as pessoas. Costuma-se dizer: não existe almoço grátis. De fato não existe almoço grátis, mas o que queremos é que o transporte coletivo seja entendido na sua função social. Assim como temos a iluminação pública, assim como temos a limpeza das cidades, também se tivermos um transporte coletivo gratuito para população teremos avanços sociais incríveis. E este tema, Sr.^{as} e Sr.^s, está em pauta no PPA, no Planejamento Plurianual do Governo Federal. O nosso mandato, Sr. Presidente, e aqui peço o apoio de todos os Deputados e de todos os cidadãos paranaenses que nos escutam, está com uma proposta formalizada

no PPA do Governo Federal, do Governo do Presidente Lula, que pretende incluir a previsão orçamentária para o apoio aos grandes municípios do Brasil, para que possamos ter a tarifa zero. Quero lembrar que aqui no Paraná já temos, aqui se fala, Deputados, que existe *buzão* de graça, Deputado Corti, no Estado do Paraná já temos vários municípios, aqui quero lembrar Ivaiporã, Pitanga, Faxinal, Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Wenceslau Braz, Quatro Barras e Paranaguá, onde o transporte já é gratuito para a população. Isso é muito importante, porque avança, como aqui louvamos o trabalho da Defensoria, avança a possibilidade de garantirmos o acesso à cidade, o direito à cidade, que é um tema central de todas as políticas urbanísticas, os grandes debates do urbanismo. No entanto, apesar de já termos avanços em cidades pequenas, cidades de pequeno e médio porte, nenhuma grande cidade brasileira conseguiu até o momento avançar de fato na política de tarifa zero, na política de passe livre. E é isso o que nós queremos, Sr. Presidente, queremos um Brasil onde o direito à cidade seja traduzido no direito à mobilidade. Isso passa necessariamente por termos políticas de mobilidade ativa, que significa que as cidades respeitem, como diz a campanha da Defensoria anunciada hoje, os direitos da pessoa com deficiência, Deputado Bazana, defensor desta causa; cidades onde a acessibilidade e a inclusão sejam a norma e não a exceção; cidades onde o caminhar seja respeitado por políticas públicas efetivas; e cidades onde as bicicletas tenham o seu lugar e aumentem o percentual de viagens no dia a dia. E é óbvio, Deputado Evandro, queremos que mais e mais pessoas andem no transporte coletivo, usem o transporte coletivo e com isso deixem o carro em casa, não precisem se deslocar de carro. Para isso acontecer, o Estado não pode ser omissor, o Estado tem que fazer a sua parte, o poder público federal, estadual e municipal têm que fazer a sua parte. Queremos tarifa zero em Curitiba e Região Metropolitana, queremos tarifa zero em Maringá, em Londrina, em Cascavel, em todos os grandes centros urbanos do Paraná. Isso vai acontecer, isso não é uma utopia, isso é uma possibilidade concreta que pode vir a ser realidade se agirmos. E o primeiro passo que aqui queremos, tanto no PPA do Governo do Estado quanto no PPA do Governo Federal, é que haja a previsão no plano de que a tarifa zero seja... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Goura, um minuto para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Como dizia, queremos que o PPA contemple esta importantíssima política pública. E, Sr. Presidente, como disse, gostaria de solicitar o apoio da comunicação desta Casa para que possamos fortalecer, nestes dias que restam este debate, esta participação da população, que vai, no PPA Participativo do Governo Federal, indicar onde quer que as prioridades estejam alocadas. E defendemos, como disse, tarifa zero, passe livre, transporte público gratuito, para o direito à cidade ser efetivado não apenas no discurso, mas em uma política pública efetiva. Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a atenção de todas e todos. E que todos unamos forças pela tarifa zero aqui no Estado do Paraná. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Araújo – PSD): Próximo orador, Deputado Luís Corti.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Quero, nesta manhã de quarta-feira, saudar o Sr. Presidente, saudar a Mesa e saudar os Sr.^s Pares desta Casa de Leis. Cumprimentar aqueles que nos prestigiam de corpo presente e saudar todos que nos acompanham pelo sistema *on-line* de comunicação e pelo sistema tradicional. O que me traz a esta tribuna nesta manhã de quarta-feira é um tema diverso daqueles que fizemos o enfrentamento no dia a dia nesta Casa de Leis, fazendo o debate sobre a produção agropecuária do Estado do Paraná e do País; fazendo o debate das questões de saúde humana e saúde animal na defesa do projeto da saúde única; fazendo o debate das questões de ordem sanitária e, diga-se de passagem, o Estado precisa estar alerta com a chegada da influenza de alta patogenicidade no Estado do Paraná pelo Litoral, e fica um alerta em todos os cuidados e se cumprimentam os serviços de pronto-atendimento pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná. Mas o que nos traz, Sr. Presidente, neste dia, viemos tratar o tema da segurança no Estado do Paraná, e fizemos isso no momento em que o Tribunal de Justiça, em vanguarda, capitaneado, presidido

pelo competente Presidente Desembargador sudoestino, palmense e com extensão, Hussein Bakri, para o município de União da Vitória, Sr. Presidente Luiz Fernando Tomasi Keppen. O Tribunal de Justiça, que em vanguarda, em lutas históricas pelo Paraná, como fez também o Ex-Presidente Xisto, quando o Paraná, por uma decisão do TSE lá em 2017, esteve na iminência, Sr. Presidente, de ter, das duzentas e poucas Zonas Eleitorais, quase serem subtraídas metade delas. E foi em uma luta dos Deputados, foi em uma luta do Tribunal de Justiça do Paraná, que se ergueu frente uma decisão nacional para dizer quão importante eram e são as Zonas Eleitorais para o Estado do Paraná. Vencida essa situação, parabéns, mantivemos quase que a maioria das Zonas Eleitorais. Caro Adão Litro, o Sudoeste do Estado do Paraná, das 12 Zonas Eleitorais, esteve prestes, Maria Victoria, a perder nove delas, permanecendo apenas Palmas, Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos. O Tribunal de Justiça, com um programa de vanguarda, como é o *Paraná Legal*, que é um programa de regularização fundiária já em grande expansão em nível de Estado do Paraná, que garante, marca a Corte de Justiça que, além de fazer o papel tradicional de Poder responsável pelo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Araújo – PSD): Um minuto para concluir, Deputado Corti.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Uso o tempo da liderança do PSB. Além de fazer o papel fundamental, que é a pacificação entre as partes, através de uma decisão que torne pacificada essa decisão, trabalha em outras frentes. Queremos cumprimentar o Tribunal de Justiça na pessoa de seu Presidente, Sr. Presidente desta Casa, que avança. Nós que somos de cidades interioranas, quando a maioria não é nesta Casa de Leis, meu caro Deputado Tito, municípios de porte médio não passam pelas dificuldades que um município do Interior passa. Olhem uma cidade como São Jorge do Oeste: a saúde pertence para Francisco Beltrão; a educação pertence para Dois Vizinhos; o fórum, cara Luciana, já pertence ao município de São João. E se der algum problema, Deputado Requião, com o Corpo de Bombeiros, tem que ir a Dois Vizinhos; se der problema com a Polícia

Civil, é São João ou Pato Branco. Agora, imagine, Arilson, municípios longínquos, lá onde o Antenor esteve fazendo Audiência Pública, lá em Goioxim, lá em Marquinho, que estão a 70, 100 quilômetros de distância das cidades-polo. Os delegados que aqui compõem, que são da Polícia Civil e da Polícia Militar sabem, caro Missionário Arruda, o que é fazer uma prisão em flagrante em uma cidade, caro Tito, nosso competente Deputado. A guarnição da cidade, a maioria dos nossos pequenos municípios, Márcia Huçulak, contam no seu efetivo com um corpo formado apenas por dois policiais. Quando ocorre um flagrante, quando ocorre um termo circunstanciado, esses dois, que são os únicos que fazem a segurança no município, obrigam-se, caro Hussein Bakri, obrigam-se, caro Marcelo, obrigam-se, caro Jacovós, a se deslocarem daquele município para irem até o município-sede, para fazerem o processamento do flagrante. Ocorre um crime lá no município do Goioxim, que está a 70 quilômetros da cidade de Guarapuava, os únicos dois policiais daquela cidade se obrigam a deixar a guarnição da cidade. A cidade fica descoberta, caro Jacovós, e os dois policiais levam o detido, levam o preso até a cidade de Guarapuava, para que se processe o flagrante. E se forem crimes de menor potencial ofensivo, fazem lá o termo circunstanciado. Pois, caro Presidente, para sair do Goioxim e ir até Guarapuava vai uma hora e meia; para fazer o processamento do flagrante, vai mais umas duas a três horas; para retornar àquela cidade, vai mais uma hora e meia. Conclusão: ocorreu uma prisão em um pequeno município, que tenha que fazer o deslocamento até uma cidade central, a 70, a 100 quilômetros, vai de meio-dia a dia inteiro. E naquele período, Senhores, a segurança fica absolutamente descoberta, um substrato imprescindível e excelente para que a bandidagem se manifeste naquele vácuo da falta da segurança. Queremos cumprimentar o Tribunal de Justiça, que faz um projeto inovador, Sr. Presidente, para o Estado do Paraná e estabelece nos municípios, onde não é sede de comarca, uma unidade, um minifórum. Esse minifórum já tem nome definido, que é o e-Fórum. É o e-Fórum porque está ligado à transmissão *on-line* de seus dados. No e-Fórum, Sr.^s Deputados, será permitido que se processem audiências virtuais e o advogado que vá lá atender um cliente, em um município diverso daquele que tenha a

comarca, tenha condições de receber na sala, inclusive uma sala quiçá destinada à OAB, para que se processe o atendimento àquele que tenha necessidade da prestação da Justiça. Também será no minifórum, também será no e-Fórum a oportunidade para se fazerem as audiências por videoconferência. Este Parlamentar, Sr.^s Deputados, apresentou ao Tribunal de Justiça - estou aqui com o ofício na mão com uma proposta - para que a Justiça do Paraná, com a Secretaria de Segurança do Estado do Paraná, possam consentir que o flagrante possa ser processado lá em uma cidade interiorana diversa da coordenação da Polícia Civil. Com esta oportunidade do flagrante poder ser processado lá no interior, sem que tenha que se fazer, Presidente Traiano, o deslocamento de 50, 100 quilômetros até a cidade para que se processe o flagrante, para que nos crimes, Do Carmo, que a pena máxima não ultrapasse, Romanelli, S.Ex.^a, excelente advogado, quatro anos, que o delegado tem legitimidade para em uma canetada, Tito, estabelecer a fiança e fazer com que o preso fique livre e solto e que possa ser consentida a liberdade provisória. Vamos com este Projeto dar condições para que o flagrante se processe na cidade interiorana, se evite que dois policiais, que toda a guarnição permaneça na cidade e a segurança seja mantida. Queremos aqui contar com a contribuição desta Casa na veiculação, na concretude desta importante proposta, que já tem a aquiescência do Tribunal de Justiça. Precisamos agora da força do Estado do Paraná para tornar realidade. Contem conosco! Um grande abraço em favor da segurança pública do Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Araújo – PSD): Muito bem. Registramos a presença do Vereador de Itambé, Sr. Elias Cesar, a pedido do Deputado Do Carmo. Com a palavra o próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas, Deputadas, Deputados e todos que acompanham esta Sessão Plenária. A pauta hoje é muito importante, muito séria, muito grave. O pedido do Ministério Público Federal para tirar, cassar a concessão da *Jovem Pan* é um ato muito grave, que toda a imprensa brasileira deveria estar unida e preocupada com isso, porque hoje

é a *Jovem Pan*, amanhã pode ser outra emissora. A *Jovem Pan* é uma das maiores empresas de comunicação do Brasil, tem 80 anos. Por que o Ministério Público Federal quer cassar a concessão? Por que fala mal do Governo? Por que fala a verdade? Cadê a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa? Não tem mais? Admiro-me muito em ver que Deputados da esquerda que sempre batiam no peito falando em democracia, em Estado Democrático de Direito estão calados assistindo a tudo de camarote. Sempre estive aqui nesta tribuna, durante quatro anos, no último mandato, rebatendo as falácias, as narrativas mentirosas da esquerda, fazendo Projetos de Lei para inibir que a esquerda avance com os Projetos malignos que tem, como ideologia de gênero e outras pautas, tratamento hormonal para mudança de gênero. Tenho feito a minha parte aqui. Porém, vejo muita gente calada, principalmente Deputados Federais do Paraná. Espero que a população cobre esses Deputados, porque ficar apenas entregando emenda para municípios... Asfalto, ambulância, é legal, é bacana. É importante? É importante. Mas, sem liberdade, nada disso é importante. Podemos viver sem asfalto, mas não vivemos sem a liberdade. Então, é muito grave o que está acontecendo em nosso País. Presidente Jacovós, Deputado Jacovós, peça um pouquinho de silêncio na Casa, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Jacovós – PL): Atenção, pessoal, temos um orador na tribuna. Peço, por favor, que todos se mantenham com atenção.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Impressionante que um assunto sério deste, que ataca a democracia, tem Parlamentares que não estão nem aí, nem para ouvir e nem para defender a nossa liberdade, o nosso País. Isso aí é muito grave e me desanima demais na política. Lamento o que temos acompanhado não neste Parlamento, no Brasil inteiro, o que é um verdadeiro ataque à democracia do Brasil. E vocês podem ver que todo País ditador, Cuba, Nicarágua, Venezuela, o que eles falam? Falam em democracia, em Estado Democrático de Direito. Falam isso, mas são ditadores. E o PT tem a mesma linha, a mesma narrativa. Olha, é lamentável, é grave, mas temos que estar unidos e lutar. Agora, se

cassarem os direitos políticos do nosso Presidente Bolsonaro, que será outra aberração jurídica, cassar os direitos de quem não foi eleito e não cometeu crime, Deputada Cloara. Realmente, nunca se viu isso, nunca se viu isso no Brasil! O aparelhamento de todos os órgãos do Estado, do Brasil nas mãos da esquerda - sempre foi dessa maneira -, Ministério Público junto, Federal, Promotoria, Procuradoria. Olha, é escandaloso o que vemos aqui no nosso Brasil! Por isso a importância que os colegas Deputados se somem para aprovarmos aqui os Projetos importantes que protocolei nesta Casa. Primeiramente, o que proíbe ideologia de gênero. Isso aí é um crime contra as nossas crianças. Faremos uma Audiência Pública no dia 10 de julho, às 10 horas da manhã, e estão todos convidados, todos os Parlamentares. Todos que nos acompanham e que estejam preocupados com o futuro dos seus filhos, venham a essa Audiência Pública. Em breve teremos outra, de outro Projeto, que proíbe o tratamento hormonal para mudança de gênero. Em São Paulo, estão fazendo com centenas de crianças de 11 anos de idade para mudar o gênero. Isso é um crime contra uma criança que não tem maturidade para avaliar o que ela quer... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Jacovós – PL): Para concluir, Excelência.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Vou usar o horário da liderança.

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Jacovós – PL): Horário da Liderança do PL.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): O tratamento hormonal de mudança de gênero, que teve jovens e crianças que fizeram, alguns já tiraram a própria vida - quando ficaram mais velhos, arrependeram-se e não tinha como voltar atrás. E a esquerda defende isso com unhas e dentes. A esquerda quer uma sociedade dividida, segmentada, fraca, perturbada, porque, quando você tira a união da família e os valores, a esquerda vai avançar com as pautas e as pessoas estarão discutindo entre elas e não vão estar preocupadas com a política. Essa é a tática maligna da esquerda. Para se ter uma ideia... Ah, tem outro Projeto aqui

importante, até que o Deputado Jacovós, que está assumindo a Presidência aqui hoje, foi o Relator desse Projeto. Fiz um Projeto aqui para que seja exigido o exame toxicológico dos professores. O Deputado Jacovós fez um Substitutivo Geral e incluiu - e muito corretamente - a todos os funcionários públicos. Espero, Deputado Jacovós, que até nós, Deputados, tenhamos que fazer o exame toxicológico. Aqui não é casa de drogados! Quem é funcionário público tem que estar em perfeitas condições de saúde, não pode ser um drogado, um maconheiro, um viciado em droga. Não! Quem é viciado, vá se tratar. Se um professor gosta de usar drogas, não vá em festinha com o aluno incentivar uso de drogas; e qualquer funcionário público tem que dar exemplo e trabalhar corretamente. Espero que esta Casa aprove esse Projeto também, que é importante para o futuro do Paraná. Temos que entender que o Paraná não é uma ilha. Se o Brasil for mal, o Paraná vai mal também; se o Governo Federal tirar a liberdade de qualquer cidadão, nós paranaenses seremos atingidos também. Então, temos que ter essa preocupação. Para concluir. Este mundo está tão virado, a inversão de valores é tão grande que tem Deputados nesta Casa aqui que defendem o criminoso, o bandido e são contra os policiais, por incrível que pareça. Quem defende bandido é o quê? É cúmplice ou é bandido também! Deputado - esse que não cito o nome - que, além de defender bandidos, tem uma extensa folha corrida nas Delegacias, que também defende tudo o que é errado. É covarde, é hipócrita, é desprovido de conteúdo sério, é alguém que fica gravando vídeos aí dizendo das minorias, só que não faz um ato sequer para melhorar ou ajudar as minorias, tudo narrativas para ganhar curtidinhas, seguidor e ganhar voto dos desinformados. Covarde! Mau-caráter! Não sei como esse tipo de gente tem coragem de trabalhar enganando o povo o dia inteiro e chegar em casa, olhar no espelho e dormir. Não sei como pode isso! É uma falta de vergonha. Falo aqui a verdade. A esquerda sempre usa o seguinte: Ele acusa do que eles são, e jogam para nós; eles falam a mentira e nos chamam de mentirosos; eles são ditadores e nos chamam de ditadores. E nós defendemos a democracia. É assim que essa podre e maligna esquerda age. Temos que dar um basta, um basta nisso aí falando a verdade e desafiando os mentirosos com debate, se é que têm

coragem, porque esse tipo de gente não tem coragem, são covardes, mentirosos, inescrupulosos. E não vamos admitir nesta Casa que isso continue, não. Lugar de palhaço é no circo, não é no Parlamento; lugar de bandido é na cadeia, não é no Parlamento. Aqui temos que defender a sociedade paranaense, defender o que é correto, defender a lei, defender o bom policial e jamais defender bandido nesta Casa. Ora, a que ponto chegamos, de termos que ouvir aqui Deputado defender marginal e criticar o policial que arrisca a vida todo dia para defender o cidadão de bem! Aqui nesta tribuna jamais vou me calar, e toda mentira será combatida com a verdade, toda covardia será combatida com a valentia. Não estou brincando de fazer política, não. Não tenho idade e nem tempo a perder com isso. Mas, vou lutar até quando Deus me permitir aqui, defendendo o que é correto, o que é justo, defendendo os valores da família, os valores cristãos, defendendo o que é importante para o futuro dos paranaenses, para o futuro de cada brasileiro. É assim que temos que agir. Espero que tenha mais Parlamentares que se somem a esta pauta. Vamos combater o mal. Vamos combater o avanço dessas ideologias, porque esses grupos... Quando critico aqui essa *Marcha LGBT*, não critico a maioria, não, não generalizo; critico uma boa parte que vão às ruas fazer pornografia, encher a cara, desacatar as religiões, as crenças. Tivemos uma marcha aqui, a *Marcha LGBT* aqui em Curitiba. Vão ver os vídeos de jovens caídos na rua, quase em coma alcoólico. É isso que é essa Marcha traz - nada de bom para a sociedade, só escândalo e baixaria, infelizmente. Quando fazemos aqui uma *Marcha para Jesus*, ninguém está bêbado, ninguém bebe, ninguém quebra nada, ninguém faz pornografia, ninguém ofende ninguém. Nós respeitamos a todos. Quando termina a Marcha, está tudo em ordem, tudo em paz, tudo limpo. E essa *Marcha LGBT* onde vai é escandalosa, é deprimente, é lamentável. Deputado Requião, em Nova Iorque, o senhor viu a Marcha que teve lá LGBT? O senhor chegou a ver o que eles estavam cantando? Cantavam assim: *Nós queremos as suas crianças. Nós queremos as suas crianças. "As suas" é o seu filho, o meu filho, o filho de quem nos acompanha.* É isso que esses caras querem fazer, pegar as crianças e confundi-las, dizer que tudo pode: *Oh, você é menina, quer virar menino? Beleza, você pode. Você é menino, quer virar menina?*

*Beleza, também pode. Não, não pode! Não podemos aceitar calados isso. E tem muitos aqui que defendem a **Marcha LGBT** e não têm coragem de sair do armário. Então, eles vivem uma mentira, vivem uma mentira de manhã, a tarde e à noite. Quando acorda até deitar, mentira, mentira, mentira. Isso é a esquerda. Isso é a imagem da esquerda que segue o líder, o ex-presidiário que só fala mentiras e narrativas mentirosas. Ele bate no peito e acha que é bonito, porque ele falou: *Você quer derrotar um adversário? Crie uma narrativa e destrua ele.* Esse é o governo do ódio que temos no Brasil hoje, totalmente aparelhado para destruir as pessoas que são contra eles. O Brasil é grande demais, tem muita gente séria e trabalhadora. Vocês não vão conseguir implantar essa ditadura comunista no Brasil, não vão conseguir. Podem cassar. Cada um que vocês cassam, vamos eleger mais três. Assim será nas eleições municipais e nas próximas para o Legislativo; e para Presidente, Deputado, Senador será igual também. Elegeremos o maior número de candidatos. Disso, não tenho dúvidas. Estamos vendo aí o apoio que o Presidente Bolsonaro está tendo, todo mundo enviando PIX para ele. Ah, teve uma mulher que ficou desesperada, ela foi dar R\$ 350,00 no PIX e deu R\$ 3.500,00 e ficou desesperada. O Presidente já mandou levantar e está estornando. Imaginem se fosse o PT: Nunca mais ela viria o dinheiro dela. Mas, aqui é gente séria, é Presidente sério. A direita é composta por gente séria, que respeita o próximo, mas respeita de verdade; que fala a verdade e não brinca com a mentira. Essa é a nossa diferença. Sempre estou aberto para o debate, se é que os covardes têm coragem... (É retirado o som.)*

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Jacovós - PL): Para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... se é que os covardes têm coragem de fazer um debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Jacovós - PL): Muito bem. Agora temos ainda, no horário do Pequeno Expediente, nobre Deputado pelo União Brasil, Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, meu amigo Delegado Jacovós, que aliás fica muito bem nessa cadeira, Delegado; cumprimento o Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri; cumprimento o Líder da Oposição, meu amigo Requião Filho, que é CAC também. É isso? Perfeito. Cumprimento a sociedade, cumprimento o público ouvinte e cumprimento os policiais civis, investigadores aqui presentes. Não vou usar a palavra em relação à questão da reestruturação dos cargos, mas podem contar comigo, porque isso está sendo ainda estudado e a questão de emendas ao Projeto também está sendo estudada. Utilizo a palavra agora, primeiramente, para informar que fui contratado como comentarista da *Jovem Pan*, e trabalho toda segunda-feira, Sr. Renato Freitas. Se o senhor quiser me escutar, estarei toda segunda-feira na *Jovem Pan Nacional* trazendo informações, discutindo a respeito da democracia e das mudanças que temos que ter no País, em virtude dos desmandos do Governo Federal. Utilizo a palavra especificamente, Sr. Presidente Delegado Jacovós, a respeito da informação de que o Ministério Público Federal pediu a cassação das licenças da *Jovem Pan* e uma multa de R\$ 13 milhões e 400 mil. O Ministério Público Federal, então, pede a cassação de três licenças de radiodifusão conseguidas à *Jovem Pan*. Senhores, onde estamos? A liberdade de imprensa é um direito de primeira geração. Para aqueles que não conhecem ou esqueceram e olvidam do sangue derramado dos nossos heróis do passado, os direitos de primeira, segunda e terceira geração, Sr. Renato Freitas, foram materializados à custa do sangue dos nossos heróis, principalmente no iluminismo pré-Revolução Francesa de 1789. E a liberdade de imprensa é algo que é inerente a uma sociedade democrática. Temos aqui hoje a imprensa livre, ao meu lado esquerdo, que pode, quando e como quiser, levar a informação que quiser. Hoje é a *Jovem Pan* que está sendo perseguida, aliás, pelo Ministério Público Federal, Sr. Presidente da Assembleia, que no passado investigava criminosos e organizações criminosas, que no passado levou adiante a *Lava Jato*, que foi a maior operação de combate à organização criminosa no País. Agora estão perseguindo a *Jovem Pan*. Por que estão perseguindo? Porque é uma emissora

que leva informação à sociedade, que desdiz as mentiras e falácias do Governo Federal. Por isso está sendo perseguida. Motivo pelo qual já pedi que o Procurador-Geral da República, através do meu gabinete, seja oficiado a respeito da conduta, e também o CNJ, da conduta imprópria, dolosa e intencional de causar um dano por interesse próprio desses Procuradores da República, porque o medo, Sr. Jacovós, não faz parte do meu vocabulário. Se cassarem o meu mandato, vão cassar a vontade da população paranaense, curitibana, da Região Metropolitana, de quase 60 mil votos. Mas não tenho temor, motivo pela qual quero me solidarizar à *Jovem Pan*, a maior emissora hoje de televisão e de rádio, juntamente com o SBT, que ainda leva informação ao cidadão de bem e ao cidadão honesto. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Jacovós - PL): Muito bem. Passamos ao horário do Grande Expediente, com a palavra o nobre Deputado Arilson Chiorato. Temos inscrito também aqui o nobre Deputado Denian Couto, que tem a preferência e a palavra.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Obrigado, Sr. Presidente. O senhor esqueceria de mim, mas quero dizer que não esqueço de V.Ex.^a. Muito obrigado pela concessão da palavra. Estou descontraindo o ambiente porque também quero falar sobre o tema que envolve essa ação judicial, uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal a fim de cassar a concessão da *Jovem Pan*. Estamos ouvindo aqui algumas falas de Parlamentares de solidariedade e preocupação, mas gostaria de chamar à razão esta Assembleia Legislativa sobre a gravidade da notícia. Não se trata aqui de concordar ou discordar da opinião da emissora, não se trata aqui de entender que determinada voz serve ou não serve àquilo que entendemos como correto, mas estamos diante de um ataque frontal ao Estado Democrático de Direito. Não se trata sequer de censura. Não é censura à *Jovem Pan*, é cassação da concessão, é o fechamento da emissora. A ação do Ministério Público Federal é autoritária, é antidemocrática, é inconstitucional; viola o direito fundamental de liberdade de expressão e o direito fundamental de liberdade de imprensa. Não há estado verdadeiramente livre e democrático sem

imprensa plena, livre, direta. O silêncio dos demais veículos de comunicação me preocupa demais - a Globo, a Bandeirantes, o SBT, a Record, a *Folha de São Paulo*, o *Estado*, o jornal *O Globo*. O silêncio dos grandes veículos me preocupa tanto quanto a ação do Ministério Público Federal. O silêncio da maior parte do Congresso Nacional da mesma forma. No momento em que os Deputados Federais brasileiros, os Senadores da República se escondem, diminui a democracia. O terreno é pantanoso, estamos vivendo um risco que logo ali na frente poderá ser irreversível - e falo como profissional de imprensa. Tenho absoluta convicção de que o Poder Judiciário não dará guarida a essa Ação Civil Pública, mas o estrago está feito, a *Jovem Pan* já está intimidada, Deputado Tito Barichello, a *Jovem Pan* já se curvou. Deputado Arruda, os jornalistas da *Jovem Pan* – da *Jovem Pan Nacional* e da *Jovem Pan no Paraná* - estão quietos, assustados, e isso nos trará um prejuízo à democracia que não tem remédio. Não tem remédio porque a pior censura é aquela em que o próprio profissional de comunicação impinge a si próprio, quando ele deixa de opinar, deixa de falar, deixa de noticiar temendo a ação deste ou daquele, na tentativa de cassar a sua voz ou pior ainda, cassar a concessão de um veículo de comunicação. Penso que este momento é um momento de enfrentamento - e aqui não é enfrentamento ideológico. Aqueles que hoje sorriem e comemoram o que acontece com a *Jovem Pan* não se deram conta ainda de que amanhã pegarão um outro veículo, um blog, um jornal, uma rádio do Interior, uma grande televisão, um jornal. A ação do Ministério Público Federal... e essa é uma grande qualidade, uma virtude do MPF e ao mesmo tempo um problema, porque cada Procurador, cada Promotor de Justiça, se for no âmbito da justiça estadual, é dono de sua própria cabeça, não tem chefe, não tem censura. Cada membro do Ministério Público é um órgão em si. Li muitas manifestações dizendo que essa peça proposta por dois Procuradores não representa o Ministério Público. Que seja, que seja! Agora, a Ação Civil Pública... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Jacovós – PL): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Vou terminar. Essa Ação Civil Pública precisa ter uma decisão de 1.^a instância desde já, a fim de arrasá-la. Espero que o Poder Judiciário responda a essa ação preferencialmente com o arquivamento e com uma carraspana contra aqueles que usam da Procuradoria da República a fim de atacar a Constituição. Entendam, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, não é brincado o que hoje se estabelece contra a *Jovem Pan*. Não é brincado! Ou reagimos como sociedade, ou gritamos e elevamos a nossa voz, ou o custo disso será muito pesado. Hoje é a *Jovem Pan*, hoje é este Governo, amanhã é outro e o resultado será terrível àqueles que defendem... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Jacovós – PL): No horário do Grande Expediente, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Jacovós, bom dia. Bom dia a todos os Deputados e Deputadas. O fato que me traz aqui mais uma vez é falar sobre a Copel, a nossa Companhia de Energia Elétrica. Mas, preciso começar com um pedido de desculpas. Quando erramos, temos de pedir desculpas; e errei aqui, falei que, quando Relator da CPI da Copel, em 2003, o atual Governador Ratinho Júnior tinha proposto em seu relatório a criação de um plebiscito para consultar a população se deveria ou não a Copel ser vendida. Tive acesso por completo ao relatório do Deputado Ratinho Júnior, hoje Governador, quando foi Relator da CPI, e ele não propôs plebiscito. Ele propôs a aprovação de uma Emenda Constitucional para proibir a alienação de ações da Copel que importem na perda de controle acionário por parte do Estado, que era obrigatório nessa PEC que o Governo do Paraná detivesse mais de 50% das ações. Esse aqui é o relatório da CPI da Copel, em 2003, assinado pelo Governador Ratinho Júnior, Deputado Estadual na época, pedindo que não se alienassem as ações da Copel e que o Estado mantivesse 50% das ações. Um relatório, Deputada Luciana, totalmente contrário ao Projeto de Lei enviado pelo Governo do Estado fracionando as ações da Copel. Mudou um pouco o entendimento do Governador sobre a Copel ser privada ou não. Outro ponto que quero trabalhar é que no mesmo relatório o atual Governador coloca que era preciso um Projeto de Lei para

dinamizar, democratizar a participação popular e o controle social da administração da Copel. Há um desencontro do relatório de 2003 com o relatório de hoje, com o Projeto de Lei de hoje que o Governo enviou a esta Casa para transformar a Copel em corporação, ou seja, privatizá-la. No passado, era contra a venda das ações, que o Estado mantivesse 50%, e era favorável à participação popular no Conselho de Administração da empresa, hoje a versão é outra. Mas, quero falar de novos fatos, novos fatos. Um novo comunicado ao mercado feito anteontem pela Copel mostra que a empresa, ou melhor, sua diretoria está muito preocupada e não sabe como justificar as informações públicas que eram internas e que estão gerando oscilações significativas nas compras de ações. A Copel novamente, Deputados e Deputadas, promoveu uma nova interpelação contra minha pessoa, Deputado Arilson, que no uso aqui desta tribuna, amparado pela imunidade parlamentar, está trazendo à tona algumas informações. E nessa nova interpelação pede que eu explique de onde trago os documentos, quem que trouxe os documentos. Primeiro que é um abuso, é um absurdo pedir isso. Tenho falado aqui, tenho cobrado muito aqui. Fiz o Requerimento n.º 537, pedindo cópia dos contratos de R\$ 28 milhões, sem licitação, que envolve o BTG, a Genial, a Stocche & Forbes e a Ernest & Young. Pedi também, em Requerimento n.º 775, as inexigibilidades feitas. Fiz um Requerimento sob o n.º 1270, pedindo informações sobre a compra de R\$ 897 mil em ações pelo Diretor-Financeiro da Copel. E trouxe provas: A compra das ações. A Copel é acusada desde o ano de 2017, uma matéria publicada pelo jornal *O Estadão*, em 17 de janeiro, no jornal *Estado de São Paulo*, colocando uma quebra contratual. Agora, no ano de 2023, no dia 14/06, vem uma matéria colocando que a Copel tenta na Justiça a anulação de sentença arbitral que impôs dívida de 3,2 bi. E dentro desse processo de interpelação judicial que a Copel move contra a minha pessoa, eles perguntam o porquê e de onde eu tiro as informações. Sabe, Deputados e Deputadas, quero alertar todos e todas aqui: Quando falo que a Copel produziu provas contra si mesma, é só os Deputados e a imprensa pedirem acesso ao processo 19957003496.2023.05 na Comissão de Valores Mobiliários. Peço a todos os senhores e senhoras que solicitem entrada nesse processo. Lá vocês terão

informações que a Copel diz que são proibidas de serem faladas e por isso interpelam alguns Deputados. Falo porque essa ação, essa interpelação judicial contra a minha pessoa corre na 5.^a Vara de Fazenda Pública e, pela informação que tenho, peço mais uma vez, Presidente Traiano, a V.Ex.^a: Precisamos – hoje sou eu –, preciso que a Casa me defenda enquanto Deputado, no uso da tribuna, de revelar informações e trazer à tona coisas que acontecem na Copel. Tenho imunidade parlamentar, estou usando a tribuna, recebi documentos. Aliás, Deputado Requião, que a própria Copel, que este documento que é sigiloso foi você, Copel, que protocolou na SVM. Tive acesso ao processo da SVM. Vocês estão me acusando do que vocês estão informando. Que contradição que é essa? Ou de fato vocês não sabem o que está acontecendo? Mais uma interpelação para eu revelar a fonte. Não precisava, estou revelando a fonte, mas é uma afronta aos Deputados e Deputadas desta Casa um processo de interpelação judicial.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Arilson Chiorato, permite-me um aparte?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pois não, Deputado.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Ainda há pouco o Deputado Denian Couto foi falar sobre uma questão fundamental no nosso País, que podemos concordar ou divergir em relação à ação do Ministério Público Federal contra a rede *Jovem Pan*, pedindo a cassação da concessão da outorga. Vossa Excelência vai à tribuna e é um paradoxo na verdade, porque, veja, V.Ex.^a fala justamente de uma interpelação judicial feita por um órgão do Estado. E V.Ex.^a está absolutamente coberto pelo mandamento constitucional que garante a imunidade parlamentar por opinião, palavras e votos no âmbito do Parlamento Estadual. Vossa Excelência tem feito duras e graves acusações e questionamentos no exercício pleno do mandato parlamentar, e é para isso que existe a imunidade parlamentar. Então, posso até divergir obviamente das questões que o senhor tem colocado, mas todos aqui nesta Casa têm que ser respeitados com base no

princípio da imunidade parlamentar, respeitando naturalmente aquele que se sentiu ofendido, para poder buscar as medidas. Agora, a interpelação judicial, na minha avaliação, para buscar a fonte do Parlamentar não cabe neste caso. E, olha, vou fazer um alerta: É só consultar. Na minha avaliação, é um abuso de direito que está sendo praticado, e a jurisprudência aqui do TJ Paraná é bom que saiba quem está interpelando. Normalmente é o seguinte, nesses casos de interpelação a sucumbência vai acabar onerando aquele que faz a interpelação. Então, quero dizer que estou solidário a V.Ex.^a, como qualquer outro Parlamentar aqui nesta Casa, independente do posicionamento, se é de esquerda ou se é de direita. Aqui o Parlamentar tem direito de expressar o seu ponto de vista. É o princípio constitucional que rege. Presidente Traiano, entendo que a Procuradoria da Casa tem que ser acionada – inclusive, aprovamos uma Emenda à Constituição justamente para situações iguais a esta, de defender o Parlamentar. É obrigação nossa fazer a defesa de qualquer Parlamentar, não apenas do Deputado Arilson, contra qualquer abuso de direito contra um mandamento constitucional. Então, a minha solidariedade, Deputado Arilson; e V.Ex.^a tem que exercer plenamente o mandato, como qualquer outro Parlamentar aqui nesta Casa tem que exercer e falar aquilo que entende que é o correto. É para isso que serve e foi feita a Constituição e a garantia que tem da imunidade parlamentar.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado, Deputado Romanelli, pelas palavras.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pois não, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Como vou ter que deixar aqui a Presidência, de imediato, ouvindo a sua fala, vou determinar à nossa Procuradoria que aja imediatamente na sua defesa, como de qualquer outro Parlamentar quando de manifestações aqui na Casa, que proteja a imunidade parlamentar. Então, V.Ex.^a fique tranquilo porque já vou determinar à Procuradoria que lhe procure e faça, enfim, a sua defesa.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Parabéns, Presidente, pela iniciativa.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado, Presidente. Obrigado, Deputado Romanelli. O que estou colocando aqui é uma coisa muito importante. Independente de a opinião ser contrária, a favor, se é de esquerda, se é de direita ou se é de centro, que seja dos extremos, não é, dentro desta Casa, estamos aqui pelo voto popular. Fui eleito por 77 mil pessoas no Estado do Paraná para fazer o que estou fazendo - fiscalizando, cobrando, pedindo ações, trazendo documentos. E não vou ficar intimidado por órgão jurídico de empresa. Acredito que, além desse fato relatado pelo Presidente e pelo Romanelli, isso caracteriza violência política e não vou abaixar a cabeça, deixar de defender o povo, deixar de ser contra a venda da Copel, porque entendo que é um prejuízo muito grande para o Estado, entendo que a empresa é superavitária, entendo que a empresa tem uma função social, entendo que ela tem como contribuir muito para o Estado, e vou trazer aqui as informações. Agora, o que não dá é tentarem nos calar por mecanismos jurídicos. Isso vale para todos, para todo mundo que está aqui. Precisamos entender que o Parlamento é um papel nobre, é um papel nobre colocado pelo povo, é a voz do povo, e a voz do povo está aqui.

Deputado Do Carmo (UNIÃO): Deputado Arilson, um aparte.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pois não, Deputado Do Carmo.

Deputado Do Carmo (UNIÃO): Gostaria de ser solidário a V.Ex.^a. Na verdade, estamos vivendo períodos bem nebulosos no Brasil sobre a questão principalmente do ponto da imunidade parlamentar. Não dá para se aceitar, com todo respeito ao Presidente da Copel e ao seu órgão jurídico, um Deputado ser questionado em nível pessoal, porque estamos falando de números e dados. Se eles estivessem rebatendo tudo o que o senhor está dizendo com fundamentação, seria mais plausível e esclareceria ao povo paranaense os seus questionamentos. Quero parabenizar o Presidente Traiano por essa iniciativa da defesa do Parlamento. Não é a defesa do Deputado Arilson, é a defesa do Parlamento,

porque se nós somos eleitos para fazer os questionamentos, para fazer a fiscalização e não tivermos condições de abordar este assunto aqui em Plenário, aí fica difícil! Então, a minha solidariedade e conte com o apoio inclusive do União Brasil neste tocante. Divergências partidárias teremos sempre, mas temos que ter o respeito pelo Parlamentar e por esta Casa de Leis.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado, Deputado Do Carmo.

Deputado Doutor Antenor (PT): Concede um aparte?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Um minutinho e já concedo, Dr. Antenor. Quero colocar, Do Carmo, a importância de vossa fala, porque o que estou procurando é que eles respondam justamente o que V.Ex.^a coloca, que é o contraponto do que tenho levantado, dos números, dos processos, de tudo isso. O que quero saber e o que o povo quer saber é se é verdade o que está ocorrendo, as coisas apontadas aqui. Então, agradeço ao senhor, agradeço ao União Brasil pela solidariedade. Deputado Antenor.

Deputado Doutor Antenor (PT): Também me solidarizo. Acho que é um lugar comum aqui na Casa. Se cercearmos o Parlamento, cerceamos a voz da população, daí de fato, sim, estabelece-se uma ditadura de estruturas que deveriam também cuidar da democracia. Mas, a minha fala em especial, o meu contraponto, o meu posicionamento é para que neste sábado, lá em Guarapuava, a sua voz possa ecoar na nossa região, em Guarapuava em especial, por conta da Audiência Pública relacionada à privatização da Copel. Então, queria estender o convite aos guarapuavanos e à região como um todo, para que possamos fazer ecoar o nosso grito, dizer que não queremos daqui um tempo ter que usar o lampião, como na época do Governo Bolsonaro, que o gás foi lá para cima e o povo passou a queimar as mãos de novo nos fogões à lenha, nas fogueiras. O número de óbitos aumentou por conta de pessoas que morriam queimadas. Que tenhamos essa atenção, e a sua voz vai ecoar muito bem lá em Guarapuava.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Muito obrigado! Inclusive quero convidar todos os Deputados, a Frente Parlamentar em Defesa das Empresas Públicas Estatais estará fazendo em Guarapuava, na Câmara Municipal, às 9 horas deste sábado, outra Audiência Pública; é a sexta e temos mais quatro marcadas pelo Estado para discutir o processo de privatização da Copel. Todos estão convidados. É importante também a presença dos Deputados de Guarapuava: Doutor Antenor, Cristina, Artagão, Fabio. Estão todos convidados para debatermos e ouvirmos a população sobre o que ela pensa da venda da Copel. Quero aqui encerrar, agradecer as manifestações e dizer do importante momento para que cuidemos do papel do Parlamento. É inadmissível que sejamos suprimidos aqui de fala, de opinião, de ter que divulgar o que recebemos como denúncia por pressão política e jurídica dos poderosos. Obrigado, Presidente Ney.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Leprevost – UNIÃO): Muito obrigado, Deputado Arilson Chiorato. E faço minhas as palavras do Deputado Romanelli, que fez uma análise jurídica aqui muito correta da imunidade de fala do Parlamentar, e dos demais Deputados que se manifestaram, inclusive o Presidente Ademar Traiano. Não há cabimento nenhum. A pior coisa que pode acontecer com esta Casa é o Deputado agora ser cerceado de fazer questionamentos a uma empresa pública, cujo sócio é o Estado do Paraná. Qualquer Secretaria de Estado, qualquer autarquia, qualquer empresa pode ser questionada. Então, não há motivo nenhum para que o senhor seja processado. Esse tipo de intimidação não pode ser admitido pela Assembleia Legislativa. E, em que pese eu ser um Deputado da base, leal ao Governador, travarei se for o caso esta luta junto com o senhor para garantir a sua liberdade de expressão, como fez Sobral Pinto para garantir a liberdade de Luiz Carlos Prestes. Sobral Pinto era um conservador, um liberal, mas defendeu o direito de Luiz Carlos Prestes, que era um homem de esquerda. E é assim que tem que ser a democracia; podemos discordar, agora tentar censurar um Deputado na tribuna desta Casa é a pior atitude que já vi nos últimos meses aqui no Parlamento. Então, gostei muito do nosso Presidente Ademar Traiano pelo posicionamento firme aqui que já manifestou em sua defesa, e estamos juntos nisso. Quero, a pedido do Deputado

Adão Litro, registrar a presença do Vereador de Palotina, Sr. Thiago Mostachio; e, a pedido do Deputado Marcel Micheletto, a presença do representante da Prefeitura de Palotina, Sr. Renato Faleiro. Muito obrigado, senhores, pela presença. Passamos agora ao horário da Liderança do Governo, com a palavra o nobre Líder, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, demais colegas, plateia que nos brinda com sua presença e estudantes. Veja, tudo na vida, Presidente, tem os dois lados, só que você pode externar isso com respeito ou não. Quero fazer com todo o respeito, até porque participei, junto com o Deputado Arilson, de todo este processo no início, quando foi aventada a possibilidade, Deputado Romanelli, que também é advogado, de que houvesse um processo. Não existe processo nenhum. Erra aqui quem fala que tem processo. Não tem processo nenhum. Acabei de falar com o Presidente Daniel Pimentel, acabei de falar com o Procurador Jurídico. O que existe é o seguinte: foi feito um pedido de informações, o que é comum, para que o Deputado possa dar maiores informações em relação a essa questão que ele abordou, da possibilidade de fraude no balanço. Convenhamos, se sou a Copel, pediria uma informação! Mas, assim, não existe processo, Deputado. Não existe. Fui informado agora. E vou mais além, até porque realmente estaríamos incorrendo aí em alguma outra possibilidade...

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Hussein, nobre Líder, data vênica o seguinte, tenho em mãos aqui uma interpelação judicial n.º 00008499320238160179, que tramita na 2.ª Vara da Fazenda Pública, que foi ajuizada pela Copel em face ao Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só preciso terminar o meu discurso. Se V.Ex.ª puder agilizar um pouco.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): É que o senhor está falando que não tem processo. Interpelação judicial é processo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Mas isso não é processo, é uma solicitação, um pedido de informações, Deputado.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Não é solicitação, é uma interpelação judicial.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Mas, não é processo! Mas, tudo bem.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): É só para dizer que...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Ainda assim, vou...

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*. Esta Casa precisa restabelecer o direito de fala ao Parlamentar na tribuna. Não é possível que o Parlamentar aperte o dedo, comece a falar ao microfone e interrompa o discurso do Parlamentar que está falando. Então, peço à assessoria que desligue os microfones de tal forma que seja solicitada a *questão de ordem* para o Parlamentar. Não é possível a interrupção direta...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Data vênica, Excelência, pedi aparte para o Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): ... e o debate é travado sem a concessão do aparte do Parlamentar que é garantida a fala.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Leprevost – UNIÃO): Deixem a Mesa fazer um esclarecimento aqui.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quero terminar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Leprevost – UNIÃO): Deputado Romanelli, por gentileza.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): É uma *questão de ordem*. Pedi um aparte para o Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Mas, quero terminar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Leprevost – UNIÃO): Só um pouquinho, Deputado Romanelli. Não posso desligar o microfone dos Parlamentares em hipótese alguma, a não ser que estejam ofendendo alguém. Aqui é um Parlamento, é um lugar de falar, de falar, que vem do latim *parlar*. O que quero dizer é que, Deputado Hussein, o Deputado que quiser um aparte pode solicitar e fazer o aparte de maneira breve e cortês, desde que seja... Vou descontar o seu tempo. Fique tranquilo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Nós patrício gosta de desconto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Leprevost – UNIÃO): Sei. Também sou! Desde que o Deputado que esteja na tribuna conceda o aparte. Só isso. O que não pode é interromper assim...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Presidente, uma *questão de ordem* só, data vênua ao Deputado Hussein. Pedi um aparte para falar com ele; o Deputado Hussein é um fraterno amigo, meu Líder, meu companheiro, tenho o maior respeito por ele, carinho, sou Líder do PSD, conversamos, fazemos política nesta Casa e entendo que o posicionamento que ele tem, já fiz isso muitas vezes daquela tribuna, ele tem a obrigação, como Líder do Governo, de fazer os contrapontos, respeito-o. A questão básica é o seguinte, tenho amizade, reconhecimento pelo trabalho, por exemplo, que o Presidente da Copel, o Daniel Pimentel, faz. Acho que os fatos que o Deputado Arilson... O Presidente Daniel já me disse que não são daquela forma. O que quero dizer concretamente é o seguinte, o que estamos tratando aqui é sobre imunidade parlamentar, que é de outra natureza, o que estamos tratando aqui.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Está certo.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): É uma questão de princípio desta Casa. Isso que não podemos transigir. Agora, o Deputado Hussein tem toda a postura, autoridade moral de fazer os argumentos e tenho o maior respeito pelo o que ele fala.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só queria concluir agora.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ney Leprevost – UNIÃO): Deputado Hussein, no final da sua fala vou dar dois minutos de acréscimo para o senhor.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só queria concluir dizendo que vou entrar em contato com a Copel novamente, com o Procurador Jurídico. Existe aí uma discordância se é processo ou se não é processo. Respeito as outras opiniões, mas entendo que não é processo. Mas, enfim, acho que tem que se de fato respeitar a imunidade parlamentar, concordo também. Então, concordo que tem que ser respeitado, vou atuar nesse sentido. Vocês têm o meu compromisso. Acho que é dado ao Parlamentar esse direito. A única coisa que... Presidente, tem muito bochicho aí!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, o Líder está pedindo atenção, porque o barulho está muito forte aí no canto. Deputado Alexandre e Deputado Soldado Adriano, por favor, o Líder gostaria da sua atenção.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Perdi uns quatro minutos nessa, mas tudo bem! Só para finalizar, é um assunto que podemos resolver. Vamos conversar com o Presidente da Copel, podemos encontrar uma solução e *bola para frente!* Vossa Excelência tem todo o meu apoio, tem todo o meu respeito. Pessoal, é o seguinte, essa questão das carreiras que será votada na semana que vem, algumas pessoas podem tratar da seguinte forma, de maneira mais rasa: *Está se dando 5%, quase seis para as categorias.* Não é isso. Nós, o Governo Ratinho Júnior, estamos tendo uma reestruturação ampla, quase que geral e irrestrita nas carreiras. Há muitos anos ouço falar aqui que os funcionários da saúde merecem

ser valorizados, Deputado Tercilio, que atua no setor. Quantos e quantos anos que vocês não ouvem isso? Portanto, temos uma reestruturação dessa carreira. Há muito tempo ouço falar que os policiais civis precisavam disso. Nós, agora, recebemos a categoria aqui do lado para fazer alguns ajustes ainda que faltam no projeto. Há quantos anos falávamos dos técnicos das universidades? Estão contemplados, Deputado Marcel Micheletto. Há quantos anos, Deputada Márcia, que é da saúde também, que ouvíamos falar nas demais categorias que estão sendo contempladas aqui? Em relação aos nossos professores, todos eles estão enquadrados no piso nacional. Não vai ter nenhum professor do Estado do Paraná que receba menos do que R\$ 6 mil, com um acréscimo violento nos investimentos que o Estado vai fazer nas carreiras. Ficaram algumas carreiras de fora? Ficaram. Nem tudo se faz de uma vez. Mas, o Governo Ratinho Júnior quer continuar construindo essa política de valorização dos profissionais que fazem parte do Estado. Senão vejamos, temos praticamente três anos pela frente e vamos continuar essa política. O Governo não vai parar. Portanto, tenham a certeza de que muitos pleitos que chegam até vocês..., aqui estou vendo o Deputado Evandro Araújo, que luta muitos anos pelos QFEBs, tenha certeza, Deputado, essa luta não será em vão. O Governo está finalizando os estudos e vamos avançar o quanto antes em relação a essa questão dos QFEBs. Vamos analisar com muito carinho, eu e os dois Vice-Líderes, Deputado Artagão e Deputado Gugu, com todos os segmentos aqui, as possíveis emendas que vamos receber. Não vamos partidizar Emenda aqui. Não! A Emenda que for boa, vamos aceitá-la, levando em conta alguns aspectos que têm que ser levados a cabo, qual seja, orçamento e constitucionalidade, para que possamos avançar. Algumas já acatamos no âmbito da CCJ, outras poderemos acatar na semana que vem. Aqui ninguém é tutor de ninguém, gente. Não existe tutor. Não é porque sou líder, que sou melhor do que ninguém. Não! Qual é a estratégia, Deputada Mabel? Vossa excelência sabe bem. A estratégia é a seguinte, se sairmos daqui acertado e levar para a Casa Civil, a possibilidade de voltar como veto é menor. É só isso, é otimizar para fazer com que volte para cá e teremos, vamos dizer assim, um trâmite mais correto. Então, estaremos abertos, eu, está aqui a Dr.^a Izabel, toda a

nossa equipe que está aqui. Vamos nos debruçar aqui. Teremos duas semanas de muito trabalho. Já falei para eles que se preparem, teremos muitas semanas e ninguém vai ficar sem ser recebido. Ninguém! Ninguém vai poder dizer aqui que não pode conversar. Todo mundo que quiser, vai conversar conosco. Todas as categorias, Deputados que representam a Polícia Civil sabem disso, poderão ser recebidos. Só quero finalizar, Presidente, agradecendo mais uma vez a compreensão de todos. Dizer que quero reconhecer que todos os acordos que fizemos no Plenário com a Oposição foram cumpridos, Presidente. Então, tem que saber valorizar. O que fizemos de acordo aqui foi cumprido. Evidentemente que a Oposição agora vai ter a sua possibilidade de fazer as Emendas, tudo no campo democrático, mas, em relação à CCJ, tudo o que combinamos, foi cumprido. Espero que agora cada um exerça o seu papel aqui no Plenário para a discussão dos Projetos. Não vai precisar me dar mais dois, três minutos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto

(PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhner (UNIÃO), e Tiago Amaral (PSD) **(54 Parlamentares)**; **Deputados ausentes com justificativa:** Alexandre Amaro (REP) conforme art. 97 inc. II do § 3.ºRegimento Interno; Ana Júlia (PT) conforme art. 97 inc. II do § 3.ºRegimento Interno; Batatinha (MDB) conforme art. 97 inc. II do § 3.ºRegimento Interno (**3 Parlamentares**).

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 542/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o Programa para atendimento de órfãos de servidores públicos integrantes de carreiras da segurança pública, mortos em serviço ou em razão dele no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 543/2023**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que denomina Douglas Ferro a passarela que dá acesso ao Santuário São Miguel Arcanjo, localizado na BR-369, no município de Bandeirantes; **Autuado sob o n.º 544/2023**, do Deputado Anibelli Neto, que concede o título de utilidade pública à Agência de Desenvolvimento Turístico da Região Rotas do Pinhão – Curitiba e Região Metropolitana, com sede no município de Curitiba. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 290/2022, de autoria dos Deputados Rodrigo Estacho e Professor Lemos, que cria a campanha O Humor Transforma

no Estado do Paraná. Deputados que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.

Vamos submeter ao voto os **Itens 2 a 7 agrupados**, que são matérias correlatas.

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 561/2020, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública à Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos de Cambé, com sede no município de Cambé. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 723/2021, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública à Associação União Karatê, com sede no município de União da Vitória. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 337/2023, de autoria do Deputado Matheus Vermelho, que concede o título de utilidade pública à Associação Iguaçuense de Sipalki-do Dragão Dourado, com sede no município de Foz do Iguaçu. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 390/2023, de autoria do Deputado Batatinha, que concede o título de utilidade pública à Associação Filantrópica Casa das Fraldas Mãos de Anjos Foz, com sede no município de Foz do Iguaçu. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 420/2023, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que concede título de utilidade pública para a Associação Viver Bem e Saúde Legal, situada no município de Francisco Alves. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 422/2023, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública à Associação Social Nova Aliança, com sede no município de Fazenda Rio Grande. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO DO CARMO (UNIÃO): Senhor Presidente, só para registro. Queria registrar a presença do Vereador Elias, de Itambé, que está conosco aqui nesta Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado, Deputado. Todos em bloco. Todos em bloco. Deputada Márcia Huçulak, o seu voto, Moacyr Fadel, Deputado Ney Leprevost, Paulo Gomes, Delegado Jacovós, Do Carmo, Renato Freitas e Tiago Amaral. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (46 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Batatinha, Nelson Justus e Samuel Dantas (8 Deputados).]* Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 176/2023, de autoria do Deputado Matheus Vermelho, que insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná a Festa do Colono, que ocorre anualmente no mês de julho nos municípios de Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, para conhecimento de todos, como faremos interiorização da Assembleia no dia 5 de julho, na cidade de Paranaguá, que é a próxima quarta-feira, vamos postergar para o dia 11 de julho a Sessão de quarta-feira. Então, teremos duas Sessões Ordinárias no dia 11 de julho. Segunda e terça, dia 3 e 4 de julho, Sessões normais; na quarta-feira não teremos Sessão, em função da interiorização; e na segunda-feira, dia 11, faremos duas Sessões Ordinárias. Ok? Onze é segunda. Onze é segunda. Procede, dia 12 é quarta-feira. Então, dia 10. Aqui a assessoria me informou errado. Dia 10 de julho faremos duas Ordinárias.

DEPUTADO DO CARMO (UNIÃO): Senhor Presidente, em Paranaguá, efetivamente, a Sessão será na quarta-feira às 17h30?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Paranaguá já iremos a partir da manhã. Teremos um almoço lá oferecido pela estrutura do porto e depois faremos a Sessão.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Apenas aproveitando o anúncio da Assembleia Itinerante em Paranaguá, no dia 5 de julho. Também faremos no dia 6 de julho a Audiência Pública sobre o tema que envolve o PPA Participativo, em Paranaguá, como parte do processo de interação da Assembleia com a população paranaense.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok. Boa informação. Vamos encerrar a votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas**

*Fabício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (46 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Ana Julia Ribeiro, Batatinha, Nelson Justus, Reichembach, Renato Freitas e Requião Filho (8 Deputados).]* Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 176/2023.**

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 465/2023 de autoria dos Deputados Batatinha, Alexandre Curi e Hussein Bakri, que institui o Dia do Assessor Parlamentar, a ser comemorado anualmente em 25 de junho. Parecer favorável da CCJ. Já passou. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (CDN): Presidente, *pela ordem*, Deputado Douglas Fabrício aqui. Só, enquanto o pessoal vai votando, só para agradecer a presença do Vereador que nos prestigia nesta Sessão, Vereador lá de Nova Londrina, Zé do Povo, que está aqui. Obrigado pela presença, viu, Vereador! Seja bem-vindo sempre. Um abraço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos votar, Sr.ªs Deputados, por favor: Deputado Corti, Alexandre Curi, Artagão, Romanelli, Jacovós, Do Carmo, Fabio Oliveira, Flávia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach e Tiago Amaral. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza,*

Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (47 deputados); **Abstenção:** Renato Freitas (1 deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Ana Julia Ribeiro, Batatinha, Professor Lemos e Tiago Amaral (6 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e 1 abstenção, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 465/2023.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1446/2023, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação de Redação Final para os Projetos de Lei em segunda discussão na Sessão Ordinária do dia 28 de junho. **Aprovado.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1439/2023, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente aos Sr.º Governador do Estado do Paraná, Secretário de Estado da Educação e Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo providências diante da crescente incidência dos casos de violência em instituições de ensino do município de Rolândia; **Requerimentos n.ºs 1440 a 1445, 1447 e 1457/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando menção honrosa: ao Sr. Antônio Lopes; à Sr.ª Maria Luiza Rezende de Oliveira Muller; ao Sr. Paulo Hermínio Pennacchi; à Sr.ª Silvana Manganotti; ao Lions Clube de Rolândia; ao Sr. Adilson de Freitas; ao Grupo de Voluntárias “Irma Isméria; e à Sr.ª Flaviane Marcela Lopes; **Requerimento n.º 1449/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio

de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Roni Miranda, requerendo a recondução do Diretor Henrique Weyne Duarte e o Diretor-Auxiliar Dinancor Cunha Filho aos cargos de Direção no Colégio Estadual Silveira da Motta, no município de São José dos Pinhais/PR.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 1453/2023, do Deputado Gilberto Ribeiro, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 268, protocolado no ano de 2016, que está tramitando e é de sua autoria com o Deputado Delegado Fernando Martins; **Requerimento n.º 1454/2023**, dos Deputados Gilberto Ribeiro e Nelson Justus, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 282, protocolado no ano de 2016, que está tramitando.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 1448/2023**, do Deputado Tiago Amaral, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 20 de junho de 2023; **Requerimento n.º 1452/2023**, do Deputado Doutor Antenor, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27 de junho de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, III do Regimento Interno (em decorrência de audiência ou evento com o Ministro do Estado): **Requerimento n.º 1450/2023**, do Deputado Tiago Amaral, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21 de junho de 2023.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1451/2023**, do Deputado Tiago Amaral, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26 de junho de 2023; **Requerimento n.º 1455/2023**, do

Deputado Batatinha, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 28 de junho de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 1456/2023**, da Deputada Ana Júlia, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 28 de junho de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** e uma **Extraordinária** para quarta-feira, dia 3 de julho de 2023, às quatorze horas e trinta minutos, com as seguintes **Ordens do Dia: Sessão Ordinária** - Redação Final do Projeto de Lei n.º 420/2022; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 176/2023 e 465/2023; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei Complementar n.ºs 3/2023, 4/2023 e 5/2023 e dos Projetos de Lei n.ºs 270/2023, 514/2023, 528/2023, 529/2023, 530/2023, 531/2023, 532/2023 e 533/2023; **Sessão Extraordinária** - 2.ª Discussão dos Projetos de Lei Complementar n.ºs 3/2023, 4/2023 e 5/2023 e dos Projetos de Lei n.ºs 514/2023, 528/2023, 529/2023, 530/2023, 531/2023, 532/2023 e 533/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 11h19, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)